Impactos da extracção de rubi sobre a mulher e a rapariga em Namanhumbir

Por: Palmira Velasco

A extracção do rubi – uma das mais preciosas e cobiças pedras do mundo - na localidade de Namanhumbir, Distrito de Montepuez, Província de Cabo Delgado - ainda está muito longe de beneficiar as mulheres, raparigas e crianças locais.

Em seis leilões consecutivos de rubi, efectuados nos últimos quatro anos no estrangeiro, a empresa Gemfields, detentora de 75% das acções da Montepuez Rubi Mining, arrecadou um total de 195 milhões de dólares, porém sem qualquer impacto na melhoria das condições de vida das mulheres e da comunidade local de uma forma geral. Pelo contrário, a preciosa pedra tem, para as mulheres e a maioria da comunidade local, as feições de uma maldição, que lhes usurpa terras de cultivo e promove a desintegração de famílias inteiras.

Uma equipa de pesquisa do SEKELEKANI foi ao local com uma pergunta: qual o impacto da mineração do rubi sobre a mulher em Namanhumbir? A resposta mostra uma localidade pobre do norte de Moçambique, em cinco anos transformada num destino procurado por legiões de cidadãos e cidadãs das mais diferentes nacionalidades e que, perante a circulação de quantias relativamente elevadas de dinheiro "vivo", desestabilizam socialmente a comunidade local, destruindo famílias, provocando divórcios, casamentos prematuros e prostituição, e agravando os níveis de propagação de infecções de transmissão sexual.

Namanhumbir

O Posto Administrativo de Namanhumbir dista a 33 quilómetros da sede do Distrito de Montepuez, Província de Cabo Delgado. Tem 24 aldeias e uma população de 20.140 habitantes, segundo o último senso, de 2007.

Namanhumbir tornou-se famoso a níveis nacional e internacional desde a descoberta do rubi, uma das pedras mais preciosas e valiosas a nível mundial, na década 1990 e cuja exploração iniciou no ano 2009.

Cassiano Cornélio Bernabé, Chefe do Posto Administrativo diz que a população de Namanhumbir cresceu e continua a crescer desde a descoberta do rubi. Ele sustenta que este rubi de Namanhumbir é o melhor do mundo, pois supera em valor as suas "rivais" do Niassa e da Zambézia e ainda da Tanzânia.

Na localidade circulam cidadãos estrangeiros das mais diversas nacionalidades, provenientes da Tanzânia, Malawi, Zimbabwe, Burundi, Congo, Guiné, Paquistão, alem de cidadãos nacionais provenientes de diferentes províncias.

Esta concentração humana quase caótica, representando diferentes culturas e hábitos, acaba por induzir algumas mudanças sociais, económicas e culturais na localidade. Os primeiros sinais de mudança notam-se a nível económico.

Os nativos de Namanhumbir começaram por ganhar algum dinheiro, arrendando suas casas a cidadãos estrangeiros e viajantes temporários. O valor de arrendamento de uma casa pode variar entre 200 e 500 Meticais por quarto ou casa com três divisões, respectivamente.

O comércio também cresceu. O número de barracas, para fins comerciais, ao longo da Estrada Nacional número 14 aumentou e vende-se um pouco de tudo, com destaque para a roupa e calçado de segunda mão (vulgo "calamidade") bem como utensílios próprios para actividades extractivas, como pás, picaretas e coadores de arreia, de fabrico caseiro, entre outros,

O comércio é dominado por homens. São eles que vão às cidades de Montepuez ou de Pemba, adquirir produtos para revender no mercado local. As poucas mulheres que se envolvem no negócio vendem sobretudo água para os mineiros artesanais, vulgarmente conhecidos por garimpeiros.

Usurpação de terras e reassentamento indefinido

A actividade extractiva em Namanhumbir iniciou e alastrou-se desde 2009 sem que antes as populações da área abrangida fossem devidamente expropriadas das suas terras e,

consequentemente, indemnizadas, como parte de um processo para a sua remoção da zona e subsequente reassentamento numa nova.

Segundo contam os camponeses locais, em 2013 a Montepuez Ruby Mining usurpou muitas machambas de camponeses, sem qualquer indemnização ou compensação, nem promessa de algum ressarcimento no futuro. "As mulheres já não podem produzir comida e sentimos que a fome vai aumentar", afirma Irene Pedro, membro da Associação Ecurro thja Thiyana (A Força da Mulher)

Por seu lado, o Chefe da Aldeia de Nanune, Rui Armando, afirma que no início a MRM identificou, registou, inscreveu e atribuiu senhas a algumas pessoas para serem indemnizadas por terem perdido suas machambas, mas nada aconteceu desde 2009.

O chefe da aldeia diz ainda que nunca foi convidado a encontros com a MRM e o governo, apenas sabe que Namanhumbir ainda não tem hospital e escola. A explicação oficial é porque a empresa ainda não produziu o suficiente para pagar impostos ao governo. A localidade não tem hospital, mas a empresa MRM possui uma clínica, da qual as populações locais não podem beneficiar, por destinar-se exclusivamente ao pessoal da empresa.

"Nos encontros com o governo este informa que ainda não recebeu nenhum valor da MRM porque esta ainda está a organizar-se", diz Rui Armando, mas acrescenta que não

tem conhecimento de relatórios que a MRM produz para o governo, nem sabe que a comunidade tem direito de 2,75% das receitas recebidas pelo Estado, resultantes dos impostos pagos pela MRM, e destinados explicitamente a comunidade local.

Por sua vez, Renato Uane, representante em Pemba do Centro Terra Verde (CTV) – uma organização ambientalista – confirma a perda de terras pelos camponeses, a favor de empresas locais, sem quaisquer medidas compensatórias. "Os camponeses perdem as terras e não têm poder de se beneficiarem doutras terras", sublinha Uane.

Tendo ficado sem acesso às suas terras, o que colocou em risco a sua segurança alimentar, algumas mulheres de Namanhumbir vem-se obrigadas a participar em actividades complementares ao garimpo, como a venda de água e a confecção de alimentos. Sabe-se, contudo, que o distrito de Montepuez é das regiões mas férteis de Moçambique. Com uma temperatura moderada com tendência a fresca, a região tem como actividade principal a agricultura, produzindo milho, feijões, gergelim, tubérculos, mapira e arroz, sendo por isso considerado o celeiro da província. Também possui produção de rendimento que consiste em algodão e castanha de caju.

Entretanto, de acordo com o Director dos Serviços Distritais de Actividades Económicas de Montepuez, o Governo já identificou a região para aonde os camponeses de Namanhumbir vão ser reassentadas pela MRM, mas desconhece-se qualquer calendário sobre este complexo processo**.** Alguns membros da comunidade de Namanhumbir viajaram para Tete e Palma para troca de experiências com comunidades reassentadas. Destas visitas aprenderam que os camponeses devem criar associações para melhor exigirem seus direitos, incluindo indemnizações justas.

Os leilões milionários do rubi de Namanhumbir

Em seis leilões consecutivos de rubi, efectuados no estrangeiro, a empresa Gemfields, detentora de 75% das acções da Montepuez Rubi Mining, arrecadou nos últimos quatro anos um total de 195 milhões de dólares. No último leilão, realizado em Junho de 2016 em Singapura, a Gemfields obteve 44,3 milhões de dólares. Segundo foi noticiado na altura, os recursos obtidos com o leilão são repartidos entre a subsidiária moçambicana da Gemfields, a MRM, e os restantes 25% pelo parceiro local, a Mwiriti Limitada).Os royalties (impostos) devidos ao Governo moçambicano são pagos no total a preços de venda.

A MRM explora uma área concessionada há cerca de sete anos, de 33.600 hectares.

Terenciano Dinis, régulo de Namanhumbir, conta que as minas de rubi foram descobertas em Março de 2009. Tudo partiu de um jovem que foi cortar estacas para construção e, próximo do rio, viu algumas pedrinhas que brilhavam. O jovem levou as pedras e mostrou a cidadãos somalis que exploravam outro tipo de minério, na zona. Estes, por sua vez, levaram as pedras e foram contactar um indivíduo de nacionalidade alemã, que trabalhava num projecto cujo proprietário seria Raimundo Pachinuapa, conhecido veterano da luta armada de libertação nacional e natural de Cabo Delgado.

Pachinuapa terá iniciado imediatamente o processo de documentação para a aquisição do direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT) naquela região. Desde essa altura até hoje, extraem--se pedras preciosas.

Entretanto, o nome – tão sonoro - desta localidade que rapidamente se tornou mundialmente celebre - tem uma estoira algo curiosa: Namanhumbir é uma palavra composta por aglutinação de duas palavras. De acordo ainda com o Regulo Terenciano Dinis, em tempos, numa das montanhas da zona, havia uma grande plantação de um tipo de banana selvagem que na língua local se chama ***mbire.*** Nessa altura o régulo da zona chamava-se Nanhoma. Os portugueses teriam baptizaram a localidade com o nome **Namanhumbir.**

Faltam informações consistentes de todas as partes relevantes a respeito deste processo. De acordo Renato Uane, circulam informações não convergentes entre a empresa Montepuez Ruby Mining, o governo e comunidades: enquanto a empresa pronuncia-se num certo sentido, o governo pronuncia-se noutro e as comunidades têm outra informação diferente dos dois primeiros actores.

Enquanto isso, entre as várias consequências imediatas do desenvolvimento da actividade extractiva numa região densamente povoada, destaca-se a vulnerabilidade da população aos efeitos da aglomeração numerosa de homens solteiros e na posse de quantias elevadas de dinheiro; a degradação rápida das condições sociais de vida e a ausência de programas estruturados e monitorizeis de responsabilidade social da empresa concessionaria da exploração do rubi.

Impactos sobre a mulher e as famílias locais

As mulheres de Namanhumbir dizem que não têm acesso a trabalho remunerado na empresa Montepuez Ruby Mining. Elas tinham a esperança de melhorarem as suas vidas com a oportunidade de emprego, propalado durante as consultas comunitárias.

Rosalina Dinis, membro da Associação Ecurro thja Thiyana (Força da Mulher) diz que em Junho de 2016 foram admitidas seis mulheres de Namanhumbir como mainatas (para lavar e engomar roupa).

Segundo ela, a maioria das mulheres até agora contratadas pela MRM são oriundas de Nampula e de Montepuez e estão maioritariamente afectas a trabalhos de cozinha, primeiros socorros e serviços de segurança. Apesar de algumas mulheres de Namanhumbir terem pouco grau de escolaridade, ela acha que podiam trabalhar nas limpezas e na cozinha.**"Tentámos fazer cozinha para servir aos trabalhadores terciários, mas a empresa de segurança da MRM escorraçou-nos das imediações",** diz Rosalina Dinis.

Por seu lado, a Associação Niussane, de mulheres camponesas de Nanune, criada em 2012 dedica-se à produção agrícola. A partir do segundo semestre de 2016 a associação dedica-se também à criação de frangos. A associação teve apoio da MRM para iniciar o projecto de criação de frangos.

Regina Jerónimo, Presidente da Associação, diz que as associadas gostariam de ter uma moageira e uma camioneta para o transporte de seus produtos da machamba. Embora produzam muito, as mulheres associadas carecem de meios para escoarem o produto da machamba para o mercado. Elas pretendem também introduzir cursos de alfabetização para os membros, mas têm dificuldades de encontrar um professor para ensiná-las. A MRM construiu uma sala de aulas, mas não tem professor ainda. **"Algumas mulheres não sabem ler nem escrever. Outras só estudaram até à terceira classe mas gostariam de continuar a aprender".**

Este quadro, de marginalização da mulher em torno da indústria do rubi, é corroborado pelo delegado da CTV em Cabo Delgado. Segundo Renato Uane, as mulheres não têm muita liberdade de se expressarem, pois mesmo quando convocadas a encontros elas não aparecem e, justificam-se por se tratar de época agrícola. Por isso não têm sido envolvidas em nenhuma actividade económica, excepto algumas que estão em associações femininas.

Segundo Uane, as poucas mulheres que por ventura aparecem aos encontros, apresentam a questão de discriminação por parte dos companheiros do sexo masculino. Por exemplo, em Namanhumbir, participaram na caravana de educação jurídica implementadas pela CTV, dos 37 cidadãos que participaram, apenas duas eram mulheres."**As comunidades e sobretudo as mulheres precisam de muita capacitação a começar pela área de Género", destaca**, Uane.

Divórcios, separações e casamentos prematuros

Alguns dos impactos socialmente negativos originados pela mineração são alterações da ordem social resultantes da presença de muitos cidadãos estrangeiros, provenientes de diversas origens. De acordo com o Chefe da Aldeia de Nanune, Rui Armando, os emigrantes que demandam a zona trazem consigo culturas e hábitos diferentes dos locais. Uma dos aspectos é a atitude daqueles expatriados, de se juntarem a mulheres locais motivados por interesses momentâneos.

Jovens de entre 14 e 16 anos são aliciadas por emigrantes que poucos anos depois as abandonam, deixando-as sem sustento e com filhos menores

Porque nos últimos tempos já não se encontra o rubi com tanta facilidade como no inicio, alguns cidadãos estrangeiros, não encontrando a riqueza que procuravam, decidem abandonar o local, vendendo os bens adquiridos e a casa, sem o conhecimento da mulher moçambicana com quem se haviam juntado e, a quem abandonam sem qualquer satisfação.

A aglomeração de muitos homens na posse aparente de muito dinheiro, no meio de altos índices de pobreza, tem resultado em frequentes casos de separações entre casais locais. O chefe da aldeia diz que tem sensibilizado muito as raparigas e mulheres para não se envolverem com os estes emigrantes sazonais, mas os seus apelos têm surtido pouco efeito. "**Só neste ano (2016) resolvemos cerca de 25 casos de separação e de divórcio**", conta ele, acrescentando que existem muitos outros problemas que não estão resolvidos.

São também frequentes os casos de emigrantes que promovem casamentos prematuros, aliciando raparigas de 13 a 15 anos. Segundo relatos locais, vezes sem conta, poucos anos

depois, estes emigrantes abandonam o país, deixando estas raparigas com crianças sem protecção nem abrigo.

Rosalina Dinis, membro da Associação Ecurro thja Thiyana (Força da Mulher) corrobora estes relatos. Segundo ela, quando os homens têm dinheiro casam ou juntam-se a raparigas menores de idade, vulgo catorzinhas. "Alguns homens separam-se das esposas, vendem os bens e dividem o dinheiro para depois juntarem-se a novas mulheres. Outros investem o dinheiro na bebida. Todos esses comportamentos são acompanhados de violência contra a mulher e a criança", sublinha Rosalina Dinis.

Muitas raparigas, de idades compreendidas entre os 14 e 16 anos, ficam grávidas e abandonam a escola. A escola está a registar muitas desistências. "As raparigas já não têm respeito pelos pais e pelos valores morais da comunidade", sublinha a nossa fonte, acrescentando: "Com a presença de cidadãos estrangeiros na nossa comunidade, as raparigas são aliciadas e enganadas em troca de dinheiro, mechas (cabelo artificial) e por vídeos e novelas. As crianças perdem noites fora de casa com pretexto de assistir novelas e começam assim, a envolver-se com homens".

Violações sexuais, prostituição e propagação do HIV e SIDA

Segundo o Régulo Terenciano Dinis, em Namanhumbir há também casos de violações de raparigas, fenómeno até há poucos anos totalmente desconhecido naquela região. Paralelamente, já há também casos de prostituição e consequentemente a taxa de infecção com o HIV e SIDA também está a aumentar. Em Namanhumbir nunca foram realizadas palestras da saúde sobre HIV e SIDA ou quaisquer campanhas de informação e educação sobre estas doenças.

O aumento de casos de violação de menores e de contaminação com o vírus do HIV é confirmado pelos serviços locais de saúde. Segundo Isac Rafael, Técnico de Medicina Geral, afecto ao Posto de Saúde de Namanhumbir, com a procura do rubi e chegada de cidadãos estrangeiros, aumentou o registo de casos de violações sexuais de menores. Ainda assim, e devido a preconceitos e tabus, são poucos os casos reportados à unidade sanitária, pois muitos deles são ocultados no seio familiar, para evitar a estigmatização na comunidade.

Amiúde, em vez de reportarem tais casos às autoridades locais ou de saúde, os pais das vítimas preferem exigir aos violadores o pagamento de algum valor monetário, como compensação pela prática do crime, deixando assim o autor impune. Os perpetradores destes crimes, geralmente circulando com quantias de dinheiro relativamente elevadas, pagam facilmente as "multas", as quais os livram de responder às autoridades do Estado pelos seus actos. Tem também ocorrido violações de mulheres adultas, mas estas não se apresentam ao posto de saúde nem denunciam os casos, por vergonha e medo de se exporem.

Ainda relativamente à contaminação e tratamento do HIV e SIDA, Isac Rafael acrescenta que quando os pacientes moçambicanos são diagnosticadas e informadas de que são seropositivos, eles desaparecem e não regressam para receberem o devido aconselhamento. "**Assim que ficam a saber do seu estado serológico, as pessoas desistem de vir ao**

aconselhamento. Mas grande parte dos cidadãos estrangeiros que passam pelo mesmo processo têm dado seguimento até ao tratamento. São questões comportamentais muito sérias que merecem a devida atenção, diz Isac Rafael.

Isac Rafael diz ainda que o Posto de Saúde também tem respondido a casos frequentes de mordeduras de cães. Este facto deve-se ao seguinte: muitos garimpeiros que insistem em "invadir" a zona concessionada à MRM, quando encontrados em flagrante pelos agentes de segurança da empresa, devem entrar em processo de negociação com estes, sob pena destes largarem os cães de guarda com que trabalham, que lhes tem infringido mordeduras.

Agentes das empresas de segurança ao serviço da MRM têm açulado os seus cães para moderem garimpeiros que procurem pedras nas áreas da sua concessão.

O Líder comunitário de Namanhumbir contou que uma vez um cão da empresa de segurança da MRM evadiu-se do acampamento até a aldeia, aonde mordeu uma criança que contraiu graves ferimentos. A criança teve que ser evacuada para o Hospital Provincial de Pemba.

A prática da prostituição naquela região já assume as dimensões de um fenómeno transfronteiriço. Segundo Zaina Lourenço, trabalhadora duma instância hoteleira local, mal começou a exploração de pedras preciosas a Cidade de Montepuez começou a receber muitas mulheres zimbabweanas, malawianas, tanzanianas e moçambicanas doutras províncias que se dedicam ao comércio do sexo.**"Ao chegarem na cidade elas alugam quartos aqui no complexo e esperam clientes. Ficam dois a três meses aqui. Pagam as suas despesas de hospedagem e alimentação"**, conta Zaina

Acrescenta que nos anos anteriores elas conseguiam acarretar com as despesas de acomodação no hotel, mas agora preferem arrendar casas, nas imediações, e só aparecem na instância turística para procurar clientes. Conta ainda que as mais experientes são as mulheres tanzanianas, porque para além de prostituição, durante o dia elas dedicam-se a outros

negócios, como o comércio informal em barracas, e trazem mercadorias da Tanzania para venderem.

Zaina diz ainda que os clientes são homens também de diferentes nacionalidades, incluindo tanzanianos, malawianos, ruandeses, guineenses, paquistaneses, chineses e outros. Segundo a nossa fonte, são raros os homens de nacionalidade moçambicana que se envolvem nesta actividade.

Segundo a nossa fonte, a falta de oportunidades de informação e educação preventiva sobre este mal, bem como os altos índices de pobreza, fazem com que muitas mães deixem as filhas envolverem-se nestas práticas, como forma de conseguirem algum dinheiro para responder a problemas de sobrevivência.

Outros problemas sociais que afectam Namanhumbir devido à presença de cidadãos estrangeiros têm a ver com o arrendamento de casas. O Régulo de Namanhumbir diz que alguns cidadãos locais que arrendam suas casas a emigrantes sazonais têm-se queixado devido ao mau uso que estes fazem das habitações, danificando-as em curto espaço de tempo. Deu o exemplo de, numa casa de quatro divisões, estarem a viver desordenadamente mais de 10 pessoas, provocando graves danos à habitação e abandonando-a sem a devida reabilitação. "A cultura destes estrangeiros, diz o régulo, é completamente diferente da nossa. Eles não têm respeito e não sabem conviver de forma sã na comunidade", remata o régulo.

Actividades de responsabilidade social da MRM

Aquando da consulta comunitária, antes da implantação da empresa Montepuez Ruby Mining, a comunidade pediu uma escola, poço de água, hospital e emprego para os nativos. Desde 2009, a empresa só abriu um poço de água e pediu que a comunidade procurasse material local para a construção de salas de aulas. "**Isso aconteceu porque um dia alguns trabalhadores da MRM passaram duma zona e viram crianças a estudarem debaixo duma árvore",** conta o líder comunitário da Aldeia de Nanune, Rui Armando.

Rui Armando, líder comunitário da aldeia de Nanune

Entretanto, a MRM afirma que criou um fundo de investimento social e de responsabilidade social. O primeiro fundo é disponibilizado quando a empresa ainda não começou a ter rendimentos, mas oferece alguns projectos ou faz algo em prol da comunidade. Por seu lado, o fundo de responsabilidade social é quando a empresa já está a operar e tem por obrigação apoiar as comunidades locais.

Para benefício particular da mulher, MRM construiu um aviário, em Namanhumbir, em nome da Associação Niussane – uma agremiação de mulheres camponesas da aldeia de Nanune. Foram entregues 1040 pintos, equipamento de aviário, ração e ainda desenvolvidas acções de capacitação das mulheres que estarão na gestão do projecto. Mas antes a MRM havia alocado 2000 pintos a uma associação de mulheres, mas não houve bons resultados porque a empresa falhou por não ter feito a capacitação das mulheres para a gestão do projecto e o respectivo acompanhamento.

De acordo com Ramalho Manuel, Chefe dos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE), o sector que ele mesmo dirige e a MRM estão a preparar uma área de oito hectares para cultivo, nas aldeias de Ntoro e Nsewe.

Entretanto….Leontina considera que a extracção do rubi ainda não trouxe grandes mudanças na vida dos residentes de Namanhumbir. A empresa MRM prometeu muita coisa no início, como por exemplo, que iria construir uma escola. Desde 2009 até agora não construiu e nada do que foi prometido foi feito.

"Não estou a ver aspectos positivos para a zona de Namanhumbir. A informação que circula é que a MRM disponibilizou fundos para a construção de uma escola, mas não se sei porque é que até agora não temos essa escola", lamenta Leontina. Ela também lamenta o facto de a mineração de rubi ter trazido problemas diversos para a Localidade, sobretudo problemas sociais.

Já Terenciano Dinis, Régulo de Namanhumbir, diz que a extracção do rubi traz algumas vantagens e desvantagens. Para os garimpeiros cuja actividade é ilegal, a extracção traz poucas vantagens, pois os rendimentos são baixos. Alguns conseguem construir casas melhoradas ou adquirir motorizadas e utensílios domésticos. E pouco mais. Já para a empresa Montepuez Ruby Mining o impacto tem sido muito positivo, diz o líder comunitário, acrescentando que alguns jovens que conseguiram emprego estão a sustentar melhor as suas famílias.

Mas o Regulo concorda que os benefícios para a comunidade de Namanhumbir ainda não são tangíveis, pois a MRM ainda não respondeu os pedidos feitos aquando da consulta comunitária. "**Pedimos uma escola secundária, um hospital de raiz, pedimos uma rádio comunitária e montagem de sinal de televisão",** diz o régulo**.**

Este ano, há indícios de fome em Namanhumbir devido ao excesso de chuva que caiu na Província de Cabo Delgado. Por causa disso muitos cidadãos estrangeiros invadem machambas de camponeses locais e roubam produtos para se alimentarem.

O que diz a Montepuez Ruby Mining

O impacto da extracção do rubi não é só para as mulheres, mas sim para todos os membros da comunidade, sem diferenciação de género. Assim começa a conversa com Isaac Muchenje, Director dos Recursos Humanos e Desenvolvimento da MRM. Ele acrescentou que espera que a mina traga sustentabilidade para a comunidade.

Ele explicou que a mina gerou 1080 postos de trabalho, dos quais 910 são ocupados por trabalhadores que foram recrutados nas comunidades locais. Cinquenta e oito (58) mulheres estão empregues nas operações (segurança e administração) Das 58 mulheres, 24 estão a trabalhar dentro da MRM e as restantes 34 estão em empresas contractadas pela MRM que prestarem serviços.

Sobre os impostos da MRM, Isaac disse que a empresa paga 10% de impostos de produção, ao governo moçambicano dos quais 2,75% são para a comunidade. Esta percentagem é da responsabilidade do governo canalizar às comunidades.

Isaac falou também das actividades de carácter social onde a MRM investe directamente nas iniciativas. Segundo ele, há associações de mulheres camponesas que incluem a produção agrícola e a avicultura que são financiadas pela empresa.**"A MRM promove o auto-emprego e oferece insumos e capacitação para elas saberem como fazer o trabalho"**, disse Issac.

SEKELEKANI questionou sobre o mercado dessa produção que a MRM está a promover nas associações. Ele respondeu que a preocupação da empresa é criar condições de produção porque está preocupada com a segurança alimentar.

Ele disse que a empresa não garante mercado para a colocação dos produtos que as associações vão produzir, mas neste momento ela vai comprar aquilo que são suas necessidades. "**Não queremos que as camponesas dependam de nós em tudo o que fazem"**, disse Issac Muchenje.

Ainda sobre o mercado ele disse que a empresa já pensou em montar um matadouro de frangos, mas Montepuez não tem capacidade técnica para garantir a sustentabilidade desse empreendimento. Para ele, montar uma unidade de processamento é fácil, mas é preciso saber como sustentará. **Existe um matadouro de frangos em Mesa, mas fechou por falta de sustentabilidade**, disse Issac.

Sobre a continuidade dos projectos Issac disse que todas as associações financiadas pela MRM fazem, primeiro, capacitação prática para poderem continuar a caminhar sozinhas. Na área de gestão, as presidentes já aprenderam como fazê-la, mas tudo depende da própria associação.

O fecho do matadouro de frangos de Mesa, por insustentabilidade, tem sida a sorte de grande parte de projectos sociais criados por empresas de extracção de recursos alegadamente para o beneficio das comunidades locais, mas sem garantia nem de mercado nem de sistemas eficientes de transporte dos respectivos produtos.

Sobre a relação com os garimpeiros e sobre as alegações de maus tratos pelos agentes das empresas de segurança, com recurso a cães, Isaac Muchenje disse que a MRM é uma empresa legal e registada. Ela está contra todas as pessoas que prejudicam a empresa e ao governo. "**Protegemos os nossos interesses. Se encontrámos alguém na zona de extracção, pegamos e entregamos à polícia e esta trata dos assuntos"**, disse Issac.